

Considerando o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 115/82, de 14 de Abril:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado da Administração Pública e do Comércio Externo, o seguinte:

1.º É alargada a área do recrutamento para o preenchimento dos lugares de presidente e vice-presidente do Instituto do Comércio Externo de Portugal, podendo ser dispensada a posse de licenciatura a indivíduos de adequada formação técnica e comprovada experiência profissional ou a diplomados por escolas superiores estrangeiras.

2.º O despacho de nomeação será sempre acompanhado, para publicação, no caso de dispensa do requisito de habilitações, do currículo dos nomeados.

Secretarias de Estado da Administração Pública e do Comércio Externo.

Assinada em 29 de Agosto de 1984.

O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Manuel San-Bento de Menezes*. — A Secretária de Estado do Comércio Externo, *Maria Raquel Lopes de Bethencourt Ferreira*.

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Portaria n.º 705/84

de 11 de Setembro

Torna-se necessário definir as condições de realização das provas especiais de avaliação, previstas no artigo 35.º do Estatuto do Técnico Responsável, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 31/83, de 18 de Abril, a prestar pelos indivíduos que, não possuindo os requisitos fixados no artigo 5.º daquele Estatuto, pretendam inscrever-se na Direcção-Geral de Energia como responsáveis pela execução de instalações eléctricas em baixa tensão. Posteriormente, e tendo em conta a experiência resultante da aplicação da presente portaria, definir-se-ão as condições de realização das provas especiais para possibilitar a inscrição como técnico responsável pela exploração de instalações eléctricas.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Educação e da Indústria e Energia, o seguinte:

1.º Podem requerer a admissão à prestação das provas especiais de avaliação referidas no artigo 35.º do Estatuto do Técnico Responsável, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 31/83, de 18 de Abril, para inscrição como técnico responsável pela execução de instalações eléctricas, os candidatos que, cumulativamente, reúnam as seguintes condições:

- a) Ter requerido nos termos do Estatuto a sua inscrição como técnico responsável;
- b) Possuir, no mínimo, como habilitações literárias, a escolaridade obrigatória à data da frequência do ensino;
- c) Ter experiência profissional.

2.º A experiência profissional deverá ser declarada pelo candidato, que apresentará a lista das instalações

ou trabalhos realizados, o tempo de exercício da actividade e a carteira profissional, que poderão ser sujeitos a confirmação pelo distribuidor público, proprietário ou entidade patronal no caso de o candidato trabalhar por conta de outrem.

3.º A Direcção-Geral de Energia poderá, se assim o entender conveniente, mandar proceder à fiscalização das instalações eléctricas mencionadas na declaração a que se refere o número anterior.

4.º A admissão dos candidatos à prestação das provas especiais é da competência da Direcção-Geral de Energia. Os candidatos admitidos devem proceder ao pagamento da importância de 2500\$, naquela Direcção-Geral.

5.º A elaboração das provas, assim como a respectiva avaliação, ficará a cargo de um júri constituído por:

- a) 1 representante da Direcção-Geral de Energia, que presidirá;
- b) 2 professores do ensino secundário, um do 2.º grupo B e outro do 12.º grupo B, a designar pela Direcção-Geral do Ensino Secundário.

6.º As provas versam sobre as matérias constantes do quadro 1 anexo à presente portaria e serão constituídas por uma prova escrita e por uma prova prática.

7.º As provas escrita e prática terão a cotação máxima de 20 valores cada uma, sendo a respectiva classificação expressa em unidades exactas.

8.º O júri procederá ao apuramento de uma classificação final, que será expressa pela média aritmética ponderada, com arredondamento às unidades, das classificações obtidas pelo candidato em cada uma das provas prestadas. As provas escrita e prática serão atribuídos os coeficientes 1 e 2, respectivamente.

9.º A classificação final e as classificações obtidas em cada uma das provas serão registadas em acta, assinada por todos os membros do júri. O original da acta será entregue na Direcção-Geral de Energia e um duplicado da mesma será afixado no local em que as provas tiveram lugar, para conhecimento dos candidatos.

10.º Os candidatos que obtenham média final igual ou superior a 10 valores, com classificação em cada uma das provas não inferior a 8 valores, serão inscritos na Direcção-Geral de Energia como técnicos responsáveis pela execução de instalações eléctricas.

11.º Os candidatos com classificação final inferior a 10 valores poderão, decorridos 180 dias, requerer de novo a prestação das provas de avaliação.

12.º As provas terão lugar em data e local a fixar pela Direcção-Geral do Ensino Secundário.

13.º A Direcção-Geral de Energia assegurará o pagamento de todas as despesas resultantes da realização das provas, incluindo uma gratificação de 500\$ por candidato a cada um dos membros do júri.

14.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministérios da Educação e da Indústria e Energia.

Assinada em 26 de Julho de 1984.

O Ministro da Educação, *José Augusto Seabra*. —
O Ministro da Indústria e Energia, *José Veiga Simão*.

ANEXO — QUADRO I

Matérias das provas de avaliação

1 — Prova escrita:

1.1 — Electricidade:

Conceito de: circuito eléctrico; corrente contínua; tensão; intensidade de corrente; lei de Ohm; corrente alternada; valor eficaz de tensão e de intensidade de corrente; potência activa; potência aparente; factor de potência e instalação eléctrica.

Cálculo de resistências, intensidades de corrente e de potências.

1.2 — Tecnologia eléctrica:

Escolha adequada de cabos e da respectiva secção com vista ao fornecimento de energia a receptores, atendendo às intensidades de corrente máximas admissíveis, às quedas de tensão, bem como às correntes de sobrecarga e de curto-circuito.

Escolha adequada de aparelhos de protecção.

Utilização de normas e tabelas técnicas para apoio ao ponto anterior.

Utilização do Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Eléctrica e do Regulamento de Segurança de Instalações Colectivas de Edifícios e Entradas, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 740/74, de 26 de Dezembro, com particular relevo para a protecção das instalações e das pessoas (contactos directos e indirectos).

Conhecimento da constituição de equipamentos eléctricos típicos das instalações de utilização de energia eléctrica.

1.3 — Desenho esquemático:

Leitura e interpretação de esquemas eléctricos de projectos de baixa tensão.

Execução de esquemas de parte ou do todo de instalações eléctricas de baixa tensão.

2 — Prova prática:

Execução de partes de instalações de utilização de energia eléctrica.

Deteção de avarias e recolocação em serviço.

Descrição em pequeno relatório das actividades realizadas nos pontos anteriores.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 74/84 — Processo n.º 72/83

Acordam, em sessão plenária, no Tribunal Constitucional:

I — Relatório

1 — O Ex.º Provedor de Justiça veio requerer, ao abrigo do disposto no artigo 281.º da Constituição, que, com força obrigatória geral, se declare a inconstitucionalidade do artigo 2.º da postura da Câmara Municipal de Vila do Conde sobre propaganda de carácter político-partidário aprovada na reunião de 21 de Fevereiro de 1978 e publicada no edital de 30 de Abril de 1979, postura que fora também aprovada pela respectiva Assembleia Municipal.

Alegou, para fundamentar o seu pedido, que o referido artigo 2.º da mencionada postura, ao submeter ao regime de autorização administrativa prévia a afixação fora dos locais especialmente destinados para o efeito de propaganda de carácter político-partidário, reconheceu às autoridades municipais competência para limitar a liberdade de expressão de pensamento através de actos administrativos, com o que violou o n.º 2 do artigo 37.º, o n.º 3 do artigo 18.º, e bem assim o artigo 168.º, n.º 1, alínea b), da Constituição. Pois — prosseguiu — é de limitação (restrição) que, verdadeiramente, aqui se trata, já que se não vêem

razões de natureza estética capazes de justificar tão severo tratamento, aplicável apenas à propaganda de carácter político-partidário, deixando de fora toda a restante publicidade, inclusive a de cariz político não partidário. Ora — disse ainda —, a restrição da liberdade de expressão e informação, consignada no artigo 37.º da Constituição, que engloba o direito de afixar propaganda de carácter político-partidário, só pode ser feita de modo geral e abstracto e há-de constar de lei da Assembleia da República ou de decreto-lei do Governo, precedido de autorização legislativa.

2 — Notificado o Ex.º Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde para se pronunciar, nada veio dizer.

3 — Cumpre, pois, decidir as questões seguintes:

- a) Se o referido artigo 2.º da mencionada postura viola o artigo 167.º, alínea c), da Constituição, na redacção de 1976, por haver invadido a reserva de competência da Assembleia da República;
- b) Se viola o artigo 37.º, n.ºs 1 e 2, da lei fundamental, na redacção de 1982, por ter vindo restringir, com desrespeito pelo disposto no artigo 18.º, n.ºs 2 e 3, a liberdade de expressão.

Vejamos então.

II — Fundamentação

1 — Começemos pela questão da *inconstitucionalidade orgânica*.

O artigo 2.º, aqui posto em causa, reza assim:

Na freguesia de Vila do Conde, fora dos locais definidos no artigo anterior, fica toda a propaganda de carácter político-partidário sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal, que deverá ser solicitada com, pelo menos, 3 dias de antecedência.

Os locais destinados na freguesia de Vila do Conde à afixação de propaganda de carácter político-partidário são os mencionados no artigo 1.º da mesma postura.

A afixação de propaganda político-partidária nos referidos locais far-se-á em blocos cilíndricos, com cerca de 1,80 m de altura, e ou em placas assinaladas com as iniciais CMVC, aí colocadas — preceitua o artigo 1.º

Quando feita nos edifícios das sedes dos partidos políticos, a referida propaganda não está sujeita à autorização prévia exigida pelo artigo 2.º — diz o artigo 3.º

As transgressões a esta postura são puníveis com multa de 5000\$, agravada para o dobro em caso de reincidência — prescreve o artigo 4.º

2 — A mencionada postura foi editada no uso da faculdade concedida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro (atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos), e para regulamentar a propaganda de carácter político-partidário. [Note-se que aquele artigo 48.º da Lei n.º 79/77 foi, entretanto, revogado pelo artigo 97.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, que, tendo vindo rever aquela lei, contém doutrina idêntica à da alínea d) do n.º 1 do mencionado artigo 48.º no artigo 39.º, n.º 2, alínea a).] Teve a postura em consideração «a necessidade de pre-